

## **O colapso do sentido de representação da realidade social**

*Ana Lucia do Amaral Villas-Bôas<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O presente ensaio trata de maneira pouco óbvia o atual sentido de representação da realidade social. São colocadas para segundo plano todo o tipo de análise em que o social foi enquadrado até a terceira revolução industrial, ocorrida na segunda metade do século XX, quando assistimos uma mudança de paradigma na base de produção material. Os efeitos dessa mudança criam dificuldades em se interpretar o social, posto que as categorias até então utilizadas para a sua análise não mais dispõem do mesmo poder explicativo e interpretativo. Os últimos anos do século XX tornaram-se uma incógnita, enquanto objeto de estudo de sociólogos e filósofos, posto que o campo epistêmico da sociologia se expandiu tanto quanto foi expandida a amplitude das relações sociais e do próprio campo social assim dito. Tentar compreender o mundo em que vivemos a partir da citada mudança significa levar em consideração amplos extratos sociais antes inexistentes, mas que agora surgem com força na conformação do social, não podendo mais essa realidade ser negada pela sociologia tradicional. Temos diante de nós um texto estranhamente inquietante, onde perguntas ficam sem respostas e hipóteses tornam-se elementos instigantes para se pensar o sentido social de representação da realidade social.

**Palavras-chave:** Colapso do sentido. Representação. Realidade Social. Sociedade. Pós-modernismo.

### **Abstract**

This essay deals with the current meaning of social reality representation in a non-obvious way. All kinds of analysis in which the social was framed until the third industrial revolution happened in the second half of the twentieth century, a paradigm shift in the material production base, are placed on a secondary plane. The effects of this shift create difficulties in interpreting the social, since the categories previously used for its analysis no longer have the same explanatory and interpretative power. As studied by sociologists and philosophers, the last years of the 20th century have become obscure, since the epistemic field of sociology expanded as much as the breadth of social relations and social field itself was expanded. To try to understand the world we live in as of said change means taking into account broad social strata which did not exist before, but which now appear with force shaping the social, a reality that can no longer be denied by traditional sociology. We have before us a strangely unsettling text where questions remain unanswered and hypotheses become exciting elements to think about the social meaning of social reality representation.

**Keywords:** Collapse of sense. Representation. Social reality. Society. Postmodernism.

---

<sup>1</sup> Doutora em ciências sociais pelo PPCIS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## **Introdução**

Em ensaio inquietante, a questão que se coloca pela frente, para o autor, é saber se existem espaços vazios, autônomos, onde indivíduos, grupos de indivíduos ou mesmo amplos extratos sociais estão experimentando a invenção de novas relações sociais, bem como alterações gradativas no sentido social de realidade, ou se, pelo contrário, tudo que de fato existe é um cotidiano circundado, cujas ampliações e fragmentações elevam a potências infinitas sua própria noção, sob o risco inclusive de vir a implodir, desabar sob seu peso, e deixar de ter em si uma explicação, pelo colapso do sentido do próprio social.

Iluminismo, Revolução Burguesa, Revolução Industrial. Tripé de um mesmo processo que se desenrolou como sendo a implementação definitiva do Sistema Capitalista. Signos sob os quais se conformou a Modernidade. Racionalidade totalizante onde o homem contemporâneo vivencia e ensaia sua condição. Condição firmemente articulada à sua tautológica relação de domínio sobre a natureza.

Ernest Mandel propõe, e nós dispormos, uma periodização por fases do desenvolvimento tecnológico, de acordo com a natureza das máquinas que predominam num dado momento da modernidade. Dessa maneira podemos distinguir a produção de motores a vapor a partir de 1848, de motores elétricos e de combustão a partir do final do século XIX e de motores eletrônicos e nucleares a partir da década de 40 do século XX. Assim, estaríamos vivendo a Terceira Idade da Máquina, ou talvez a quarta, se considerarmos que a produção de computadores está substituindo a produção de motores nucleares.

Dessa maneira, não estabeleceremos cortes no paradigma da modernidade (pré-moderno, pós-moderno, neomoderno), o que suscitaria uma discussão exausta acerca da validade ou não dessas rupturas, que não cabe a esse trabalho, mas, antes, trataremos da atualidade do poder científico e tecnológico como condição de maioria dessa era.

Assim, o presente ensaio circunscreve-se ao quadro das discussões teóricas acerca da relação existente entre o desenvolvimento industrial capitaneado pela informática nas sociedades avançadas (bem como se dá esse processo nas sociedades terceiro-mundistas, com suas especificidades, sua história outra), o processo de acumulação de capital que se deslança sob novos padrões, inferindo diretamente na estrutura da divisão do trabalho, e a capacidade de representação do sentido social de realidade que essa nova configuração gerencia, ou seja, o sentido da condição humana na modernidade.

### **Projeto Iluminista**

Não ser o centro do universo. A sensação de abandono na era copernicana remete o homem a si próprio, como seu mais novo e sólido referencial. Inevitável o ruir de Deus nestas circunstâncias. Não ser o centro do universo. Essa nova explicação da totalidade reconstrói a visão antropocêntrica. O homem moderno olha para o mundo como sua maior chance de concretude. O mundo é ideia que adquire movimento em contraponto ao escatológico imobilismo feudal.

As rodas rolam, fazem circular a mercadoria cada vez mais longe. Rompem-se antigos limites de espaço/tempo, estabelecem-se novas polaridades. A circulação de novas mercadorias é vital às relações econômicas que se vão organizando. A mudança no modo de vida exige uma rearticulação do sentido social de realidade.

E mobilidade é um conceito moderno. Movimento. Deslocamento. Circulação. Esse o substrato teórico que retoma à experiência histórica para reconstrução do real.

A explicação da natureza dos fenômenos que se tinha até então calcava-se em princípios inquestionáveis, dogmas, paradigmas de substrato sobrenatural. Transcendente. A mítica divina explicava e, sobretudo, justificava o real.

Contraditoriamente aos pensadores que se valiam do método dedutivo, o projeto iluminista insistia numa explicação da realidade baseada no modelo das ciências naturais. Nesse sentido, era influenciado por Newton – com seu modelo de conhecimento centrado na observação, no experimento e na acumulação de dados.

Combinando o uso da razão e da observação, os iluministas analisavam de forma demolidora todos os aspectos da antiga formação social. Todas as instâncias filosóficas que, de alguma forma, breavam a expansão do projeto burguês sofreram sua crítica corrosiva.

Contra um discurso que tinha Deus como referente absoluto e inquestionável, abriam-se as baterias do racionalismo iluminista, dessacralizando o saber, universalizando-o, banalizando-o, ao mesmo tempo em que fornecia a fundamentação teórica de uma nova estrutura de pensamento.

Graças a Gutemberg, as bibliotecas já podem deixar as torres dos mosteiros, e o conhecimento é veiculado de uma forma - imprensa - que já o separa, em primeira instância, do seu produtor. Os livros circulam em muitas mãos pelas cidades, confiados agora a locais de acesso público.

O trabalho é uma categoria filosófica do pensamento humano que se concretiza materialmente em sua existência. O trabalho, que tem servido à espécie em seu confronto com a necessidade, está definitivamente no desejo de não trabalhar, que o homem fundamenta sua atuação a partir do surgimento do capitalismo.

Nesse momento, o trabalho é sistematizado em seus aspectos microcósmicos, sofre organização vertical/horizontal, conhece a variedade de métodos, se distribui e disciplina, sua dimensão social adquire um sentido definitivo no pensamento humano, ao ponto de o homem não conhecer mais sua vida fora dele.

O trabalho humano vincula-se cada vez mais à produção do objeto. Há uma objetificação da relação do homem com o mundo. O objeto construído afasta-se gradualmente, por ser autônomo e sujeito ao desloque no processo de circulação de mercadorias onde agora atinge sua completude. É onde, também, se inicia o rompimento gradativo da relação sujeito-objeto, tanto na organização do trabalho como na elaboração do produto. Artesanato superado na manufatura, que se supera na indústria. (A ideia de produção em série será algo que se baseia na observação do crescimento geométrico das populações urbanas?)

As cidades se configuram como a expressão que sintetiza modo de ser e viver capitalista. O organismo vivo em que se transformam é seu melhor espelho e reflexo. Nas cidades, mais que em qualquer outro lugar, se aplica e opera o conceito de mobilidade. Nelas se organizam racionalmente o trabalho e a produção. Circulam mercadoria e saber.

### **Inerência do Caos**

O capitalismo é antes de tudo um fenômeno urbano. Demasiado urbano. A cidade burguesa nasce sob a administração de suas próprias inumeráveis deficiências – o caos lhe é inerente e característico já no nascedouro – e assim ela se desenvolve; pelo exercício do erro, isto é, do experimento. Foi explodindo o rosto que o homem descobriu a pólvora. Essa a metodologia da modernidade. Predatória. Acidental.

As cidades estão crescendo, dentro delas se realizam todos os negócios, incluindo os que envolvem produção de alimentos. A vida agrícola é redimensionada pela experiência urbana. Os grupos e extratos sociais se ampliam e se fragmentam. Surgem as classes sociais, fundamentadas, sobretudo, no substrato teórico da Revolução Francesa e na entrada em funcionamento dos brontossauros metálicos da primeira Revolução Industrial.

O capital, a essa altura do campeonato, já é uma sólida instituição da lama humana. Seus jogos de linguagem, seu espectro referencial, seus valores mais sofisticados ou prosaicos estão devidamente introjetados e subtendidos no texto dos códigos sociais.

O poder social resulta da função produção-consumo, que se expressa na categoria dinheiro. O capital é ampliado para o mundo. Colonialismo, Monopolismo. Imperialismo. A circulação de mercadorias é a base concreta sobre a qual se move o conceito de mobilidade. A organização do trabalho viabiliza a produção. A invenção da necessidade garante o consumo.

A construção capitalista atinge sua formulação teórica. Atinge um nível de abstração conceitual e transparência que viabiliza sua crítica. Isto é, o capital começa a dar seus primeiros passos rumo à eternidade. Pretendendo-se único e totalizante enquanto modo de vida, se expandindo todo pelo planeta – irremediável vampiro predador –, mantendo com o sistema ecológico uma relação de esgotamento. O processo de reprodução do capital sempre implicou o aniquilamento de recursos naturais (matéria-prima, solo).

A racionalidade burguesa não estabelece qualquer tipo de ponderação eficaz, de um ponto de vista político, no que se refere à sua relação com a natureza. (Se, quando tudo começou, a maior parte do patrimônio ecológico da Terra estava intacta, resta alguma possibilidade de tudo isso terminar antes de um colapso do ecossistema?)

O capital agora é Deus. Tudo rege, tudo determina. Nada no mundo vivo da realidade e da imaginação humanas lhe escapa. A formulação capitalista precisa ser subtexto de todos os relatos. Recorre, inclusive, à crítica para isso. Tudo e todos se movimentam dentro das mesmas determinações gerais.

A crítica marxista do capital estabelece uma relação de paixão entre o fato histórico e a ação dos intelectuais no sistema político da sociedade, ao fundamentar sua estratégia na missão histórica do proletariado.

O salvacionismo marxista fez supor que o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo engendra a base material de um outro diferente modo de produção, cujo código genético seria transmutado pela resoluta (leia-se: organizada) vontade dos homens de mudar. (mais ou menos como esperar que uma vaca mecânica procrie borboleta selvagens...)

Marx supõe que a classe operária seria capaz de gerir a totalidade das forças produtivas, de cujo desenvolvimento é causa e consequência. Entretanto, esse

desenvolvimento obedece à lógica estrutural e intrínseca das necessidades do capitalismo, que vive de administrar suas crises, enquanto consegue manter as regras do jogo, isto é, o sentido social de realidade, e produzir nesses termos.

A classe operária, e posteriormente as massas, é resultado da função capitalista. Não é portadora de outra proposição social, apenas a reprodução, a ampliação e fragmentação metastáticas de um sistema que a esgota e reinventa. O proletário industrial, deformação humana do capital, está mais para Frankenstein do que para qualquer outra coisa. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não provoca qualquer transcendência nos limites históricos do proletariado, nem produziu uma classe operária capaz de se tomar consciente das atribuições históricas que fundam o racionalismo marxista.

### **Situações Inacabadas**

Em Hegel, a História é a progressão dialética por meio da qual o Espírito, inicialmente estranho a si mesmo, toma consciência e posse do mundo – este considerado como o próprio Espírito existindo fora e separado de si, até se retomar e se reunificar completamente. Isso ocorre por intermédio de etapas sucessivas, cujas contradições internas levam, necessariamente, à superação e passagem para etapa seguinte, de modo progressivo, até a realização de uma síntese final, onde o sentido de toda a História. O sentido de cada momento só pode, então, ser compreendido à luz dessa síntese final. Até lá, tudo que nos resta são fragmentos, incompletudes, situações inacabadas à espera do final dos tempos.

O espírito da História, a que se refere Hegel, corresponde ao sentido que o homem constrói para sua existência, o modo como se ordena sua consciência – instância de laboração do real –, é o que ele próprio espera de sua História, isto é, a História que faz e registra como tal e que se distribui por todos os fragmentos de consciência (indivíduos) a que essa História pertence.

É o relato que sobrevive ao ocorrido e referencializa os homens com relação ao passado (perdido). Corresponde a uma necessidade de observação e coerência frente à (possibilidade de) repetição dos fenômenos, seu entendimento e atuação sobre eles.

História existe tão-somente como invenção humana (não nos pode ser contada por passarinhos), e é nesse âmbito que precisa ser circunscrita para que possa ser

compreendida sem que se tenha a desmesura, enorme, densa pretensão de com isso estar tocando a totalidade da vida.

Quando o marxismo, na pessoa de seu avatar fundador, inverte a dialética hegeliana e fala da História como a tomada de posse progressiva da Natureza pelo trabalho humano; ou quando situa o mundo como exterioridade de uma Natureza hostil à vida dos homens, e sobre a qual suas atividades não têm alcance (isto é, não podem explicar a totalidade na qual estão inseridas como fração); e, ainda, ao supor que os homens, numa sociedade complexa e total, irão “conformar” a Natureza segundo suas necessidades, até o momento em que, dominando-a toda, irão se reconhecer nela como em sua obra, e ao depositar reconhecimento nos instrumentos e objetos produzidos, o marxismo não faz mais do que inverter e continuar a lógica capitalista de apropriação predatória da Natureza. E quase a justifica como uma necessidade histórica que transcende à compreensão de seus próprios agentes.

Não se pode afirmar que a sociologia clássica tenha conseguido explicar o que aconteceu até aqui no capitalismo. Ou se tudo há é um consenso negociado de análise no qual está implícito o (ilusório) direito da crítica (não experimental, vazia, coagida) que habita universos paralelos ao real arbitrado pelos signos da representação burguesa. Uma organização relativamente estável do sistema de trabalho, combinada a uma expansão regular dos meios de produção, possibilitou o desenvolvimento de um sistema de representação política baseada na agonística social. A estrutura desta representação é também bastante sistemática e organizada, segundo padrões burgueses.

Há um lugar para cada coisa. Instituições diversas. Diversos planos de encenação do sentido social de realidade. Um colossal sistema de significações de apelo ideológico se desenvolve e se descola gradativamente da realidade social... Se descola porque a capacidade de transformação do real se dá de forma mais acelerada do que sua própria capacidade de representação, a qual sempre acontece num momento posterior ao vivido (corresponde à identificação do real e à elaboração de sua imagem). No nível social, essa representação se fixa, se cristaliza em seu “melhor” momento, isto é, quando reúne a representação de todos os elementos capazes de dar sustentação político-ideológico ao status que assim é decodificado.

A racionalidade burguesa estabelece igualdade e justiça como sustentáculos ideológicos de sua formação social. Mas que se pode esperar de um senso de justiça que se funda na tutela do poder, um poder que é sempre político, seja qual for seu fundamento?

A igualdade proposta é de significação horizontal (operários entre si, burgueses idem), sem questionar em momento algum a verticalidade da organização (do próprio sentido da organização).

A organização capitalista estabelece separação/distinção/função/aplicação em todas as instâncias da vida social, tal modo o princípio hierárquico do poder se estabeleça, digamos quase *perse*. Uma lógica cujo efeito mais intrigante consiste em se fazer operar (mesmo pela mão daquele a quem ela não interessaria, mais que isso, a quem ela prejudica e deprecia) como se tudo fosse uma ocorrência natural, decorrente de um jogo social sem árbitro (porém arbitrado).

Pode-se questionar, por exemplo, se em algum momento a legitimidade do poder burguês ocorreu de fato, por intermédio da representação do voto, em qualquer dessas cidades liberais-democratas controladas por seus grupos político-econômicos, ou se essa legitimidade sempre correspondeu ao que é atualmente: um simulacro que se sustenta por sua própria dinâmica, enquanto jogo de linguagem do sistema.

“O que está em cima é como o que está em baixo”. O que Trismegistro não contava é que uma das imagens sempre se reflete invertida ou será que ele sabia que o banqueiro, com a progressão de sua invenção e papel no sistema capitalista, acabaria tão miseravelmente semelhante aos seus arqui aliados do crime organizado? (A existência de um garante direito de existência do outro. Não importa a vontade individual, quando suas respectivas atuações é que, de fato, definem os papéis).

### **Crise de esquizofrenia**

Igualdade e Justiça Sociais, inválidas de tudo, são dois fantasmas que perduram, de forma banal, servindo de referentes a muitos jogos de linguagem do capitalismo, sem que sua inexistência seja sentida ou reclamada pelas massas submersas no mercado de trabalho e no burburinho das cidades... A ideologia, enquanto instâncias de legitimação, tem por função fazer acreditar no que não existe. Liberdade. Justiça. Igualdade. Democracia. O desejo de mobilidade paralisa a prática humana em tomo de expectativas irrealizáveis.

A aceleração da realidade social, instalada por uma combinação entre ritmo frenético das máquinas e o ritmo frenético das ruas, faz perder em abrangência e eficácia os signos da representação burguesa. Partidos. Sindicatos. Estado. Meios de produção. Propriedade. Trabalho. Dinheiro.



Desde que se acelerou a produção em série, e as cidades foram se transformando nesses sanatórios metropolitanos, o capitalismo vive sua crise de esquizofrenia total (administrada). Os relatos andam para um lado e os passos do mundo real, para o outro.

Fale a esperança. A explicação. O modelo teórico do câncer parece próximo de uma representação do social moderno. Síndrome desorganizadora. Reprodução desorganizada. Pane no código de divisão celular. Caos físico. O social existe metastaticamente, este o seu procedimento funcional.

O delírio da representação burguesa é sua fome totalizante. A expansão conhece apenas o limite entrópico. O projeto do capital é se expandir sempre. A noção de crescimento está colocada do lado de fora do homem, no mundo, no plano da concretude de seus objetos. Os objetos representam as relações e os próprios homens.

Entre estilhaçar as representações burguesas, reformá-las ou conservá-las, as classes (por inércia) e os grupos políticos (por justificação) investiram todas as suas energias no social. A ação dos grupos políticos representa a esperança de transformação do social pelo social. Aí tem estado a resposta para tudo. Os movimentos político filosóficos dos últimos 100 anos se esforçam por explicar um modo de produção que conduz o homem para dentro do caos social por ele inventado e a ele reinventado com uma misteriosa lógica autônoma, enquanto sistema inteligente, cuja impossibilidade de autorregulação aumenta na medida em que ele é capaz de conduzir seu próprio sentido (seja qual for), tão-somente pela ampliação, reprodução e fragmentação contínuas de seus princípios intrínsecos.

A evolução social do capitalismo leva a uma série de diferenciações de um movimento para outro. Sua lógica absorve todas as lógicas adjacentes, encena uma diferenciação localizada e se mantém o mais uniforme e por inteiro possível (vide colonialismo-monopolismo-imperialismo, bem como as variações sociais de país para país; afinal, o capitalismo é um só, mas as Coréias são duas).

Se em Hegel é o Espírito quem dá sentido à História, ao passo que em Marx o espírito é a própria História dotada de sentido, a hipótese de uma lógica autônoma do social supõe que esse sentido da História seja determinado pelo Social (que ocupa aqui lugar outrora reservado por Hegel ao espírito), inferido a partir do relato político onde se articula, para ser devolvido à realidade social, já sem grandes chances de controle.

### **Plano das indeterminações**

As ações dos homens, apesar da insistência racionalista e mesmo do resultado da coordenação política dessas ações (no âmbito do social), parecem fadadas a se perder e a se confundir num grande emaranhado de linhas e injunções que conduzem o conjunto colossal do social moderno ao plano das indeterminações (caos), cada vez menos sensível ao gerenciamento político do sentido histórico implementado.

A História resulta de uma articulação política – os fatos preservados do esquecimento têm utilidade ideológica –, enquanto que as massas modernas, cada vez mais sem utilidade física, resumem-se à negação do sentido político da História, o que possibilita o desenvolvimento de uma lógica autônoma do social; isso decorre do adensamento populacional das massas nas megalópoles pós-industriais e do desaparecimento do trabalhador coletivo, graças à informatização e robotização do aparelho produtivo.

A totalidade do pensamento humano se expande e se elabora em inúmeras categorias. A multiplicidade de oferta de relatos se reproduz na demanda. O relato político-filosófico, bem como outrora o religioso, perde em abrangência e eficácia dentro de seu campo de ação.

Pode-se inferir uma trajetória evolutiva no capitalismo. Artesanato. Manufatura. Indústria. Cibernética. Obedece a um fio condutor, que se desenrola na produção e articulação do objeto (e a si próprios) em série com mínima participação humana.

Ao concretizar a aceção ideal de trabalho que o capitalismo foi construindo, a cibernética não faz mais do que despejar nas praças cinzentas do mundo ocidental (incluindo sua cortina de ferro) uma multidão desesperançada de velhos e desempregados trabalhadores que experimenta no corpo a falência do conceito de trabalho, segundo o modo de produção que a arregimentou, e que trabalhou no sentido da superação desses trabalhadores coletivos enquanto componente humano do sistema.

É o surgimento das massas. Contingente ocioso que vem dando mais tom, mais um (talvez o último?), à configuração social.

Como fenômeno urbano, o capitalismo sempre contou com as massas. Anteriormente, elas eram industriais, proletárias e participativas, procuravam se dar um sentido histórico, mobilizavam-se para grandes reivindicações lotando os estádio por sindicatos e partidos, e assim cediam à sedução do apelo político: lembram-se de seu

comparecimento às duas guerras mundiais? Agora seu perfil sofre grandes e fortes alterações.

À legião urbana existente – operários, trabalhadores qualificados ou não, funcionários do comércio, biscateiros, desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários, totais e parciais – soma-se o conjunto de unidades humanas que se encontra alijado do sistema produtivo; quer seja pelo processo de subemprego de suas capacidades devido à industrialização do trabalho intelectual (automação/ informatização), quer seja pela abolição do trabalho. São os “expulsados” da base material.

Fenômeno característico do capitalismo avançado, que engloba outros segmentos-párias do social e que se constituem como fator diluidor, decompositor da antiga racionalidade fundada no trabalho. Expulsos da base material da produção (riqueza, consciência), inarticulados ou então ainda ligados a ela, mas de um modo superfragmentado, desenvolvem uma hiperresistência à sua representação no social (qual é o real a que estão ligados? Que substrato para representação esse real oferece?).

Pela desmobilização e, conseqüentemente, é lógico, pela despolitização decorrente dessa quebra de referencial nas sociedades pós-industriais, assistimos hoje ao esvaziamento das instituições sociais consagradas pelo capitalismo. Ideologia. Política. Família. História e trabalho. Esvaziamento pressentido, por exemplo no alto nível de absenteísmo em relação ao trabalho, ao voto, no aumento do número de desertores de guerra (da História, portanto), vide o exemplo do Vietnã, e por aí vai...

O desabamento do sentido social de realidade vincula-se a uma desvalorização absoluta do trabalho social humano, bem como à separação definitiva entre sujeito e objeto, tanto do saber quanto da produção.

As cidades estão sobre o controle de engrenagens cada vez mais autônomas, autômatas, despossuídas de exercício imediato de vontade (programação prévia). A decisão, o procedimento, o arbítrio social transferem-se para o interior de sistemas autômatos inteligentes sem que a unidade humana exerça mais do que a tarefa fragmentária de entrar/sair com determinada informação, a qual desconhece em essência, princípio, finalidade, restando-lhe apenas a constatação de seu uso imediato. Sempre imediato.

A questão que se coloca pela frente é saber se existem espaços vazios, autônomos, onde indivíduos, grupos de indivíduos, ou mesmo largos extratos sociais (os “expulsos”, talvez?) estão experimentando a invenção de novas relações sociais, bem como alterações

gradativas no sentido social de realidade (graças a essas alterações vividas no mundo real, entendendo-se como tal o cotidiano, onde se dão as crises, as correntes, os fluxos de energia, a polarização), ou se, pelo contrário, tudo que de fato existe é esse cotidiano circuitado, cuja ampliação e fragmentação elevam a potências infinitas sua própria noção, sob o risco inclusive de vir a implodir, desabar sob seu peso, e deixar de ter em si uma explicação pelo colapso do sentido do próprio social.

A transformação das relações sociais se desenvolve no interior do próprio aparelho produtivo capitalista, onde pequenos enigmas e incógnitas estão sendo fixados – nos chassis dos próprios inventos – e estão sendo sutilmente abandonados ao tempo histórico, como mensagens cifradas a uma posteridade que corre o risco, inclusive, de vir a ser póstuma.

### **Referências bibliográficas**

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *As estratégias fatais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HEGEL, G. W. Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HUTCHEON, Linda. *A poetics of postmodernism: history, theory, fiction*. New York: Routledge, 1992.

KAPLAN, Anna E. *O mal-estar no pós-modernismo: teorias, práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MANDEL, Ernest. *Ensayos sobre el neocapitalismo*. México: Ediciones Era, 1975.

*O colapso do sentido de representação da realidade social*

MARX, Karl. *A miséria da Filosofia*. Coleção Fundamentos de Filosofia. São Paulo: Ícone, 2004.

ROUANET, Sergio. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SEIDEL, Roberto Henrique. *Do futuro do presente ao presente contínuo: modernismo x pós-modernismo*. São Paulo: Annablume, 2001.